



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº. 44/2017
Processo nº 23074.058547/2017-92**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, da Pró-Reitoria de Administração, sediada no Prédio da Reitoria, 2º Andar S/N – Cidade Universitária – João Pessoa – PB, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Decreto 8.250 de 23 de maio de 2014, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07/08/2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data prevista da sessão: **09/11/2017**

Horário: 10:00 hs (horário de Brasília)

Local: COMPRASNET / Portal de Compras Governamentais – MPOG

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de **MATERIAL ODONTOLÓGICO** para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.*

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, nos que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.*

2.1.1 A adesão à Ata de Registro de Preço por entidade não participante do Pregão não constitui obrigatoriedade de aceitação pelo Órgão Gerenciador, tratando-se de uma excepcionalidade, podendo ser deferida ou indeferida pela Administração, desde que devidamente justificado.

2.2. *Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

2.3. *As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

2.4. *As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.*

2.5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*

2.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*

2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.1.1. A participação neste pregão é EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Não poderão participar desta licitação interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de posturas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. *valor unitário;*

5.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

5.6.2.1. *em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.*

5.6.3. Marca;

5.6.4. Fabricante;

5.6.5. **Descrição detalhada do objeto contratado é de preenchimento obrigatório pelo fornecedor no momento da elaboração e envio da proposta, devendo constar as especificações dos produtos ou serviços ofertados, conforme comunicado nº. 049443 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a sua inobservância implicará na desclassificação do item da proposta.**

5.6.5.1. **As propostas que na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” especificarem apenas “conforme edital”, NÃO SERÃO CLASSIFICADAS PARA LANCES.**

5.6.6. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. *O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário).*
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 03 (três) segundos.*
- 6.8.1. *Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.*
- 6.8.2. *Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.*
- 6.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
- 6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.16. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.
- 6.17. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima

da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado e “não negociado na fase de aceitação” ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.4.2. *Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente **amostra, (quando for o caso) sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.***

7.4.2.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.4.2.2. *A amostra deve ser enviada no prazo estabelecido pelo pregoeiro, e em embalagem e rotulagem própria, quando não for possível embalagem deve vir com a marca expressa no produto.*

7.4.2.3. *A amostra deverá estar devidamente identificada com o número do Pregão Eletrônico, o nome da licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, entre outros.*

7.4.2.4. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.4.2.5. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

7.4.2.6. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.*

7.4.2.7. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

7.4.2.8. *Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

7.4.2.9. *Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.8. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. Habilitação jurídica:

- 8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.4.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 8.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.5.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- 8.5.3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 8.5.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- 8.5.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.5.6. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão:

- 8.6.1. *Comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.***
- 8.6.2. ***Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme a natureza jurídica da empresa, com validade de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar do dia subsequente ao da sua expedição.*

8.6.3. *Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhista válida e atualizada.*

8.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via anexo do sistema comprasnet, no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail;

8.7.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

8.8.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.11. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.12. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10. DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Após a etapa de homologação da licitação, será incluído na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme Art. 11, inciso I, §§ 1º, 2º e 3º do Dec. 7.892/13

12.1.1 O registro dos licitantes (item 12.1) terá como objetivo, a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos Arts. 20 e 21 do Dec. 7.892/13.

12.2 Serão registrados na ata de registro de preço, nesta ordem:

12.2.1 I – Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva, e;

II – Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação do que trata os itens I e II, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

12.3 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.5 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

12.6 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.6.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

13 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

13.2 Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

13.2.1 O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

13.4 Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.5 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de

habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14 DO PREÇO

14.1 Os preços são fixos e irrecorríveis.

14.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

15 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17 DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

17.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento

a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1 não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

18.1.2 apresentar documentação falsa;

18.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5 não mantiver a proposta;

18.1.6 cometer fraude fiscal;

18.1.7 comportar-se de modo inidôneo.

18.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3 licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.4.1 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

18.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail compras_cpl@pra.ufpb.br.

19.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Prédio da Reitoria 2º Andar S/N - UFPB, Campus I, CPL/PRA, CEP: 58051-900, João Pessoa/PB ou pelo número de telefone (83) 3216-7232 ou 3216-7016, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1 ANEXO I - Termo de Referência;

20.10.2 ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

20.10.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

....., de de 20.....

Assinatura da autoridade competente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 44/2017**

(Processo Administrativo n.º 23074. 058547/2017-92)

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o registro de preços para Eventual aquisição de **MATERIAL ODONTOLÓGICO** para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

- 1.1.** Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** Havendo divergência entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no site do COMPRASNET ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

OBS.: Cada Nota Fiscal só poderá corresponder a uma Nota de Empenho.

1.3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	UND	COD	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	PREÇO REFER. UNIT.	QUANT.	PREÇO REFER. TOTAL
1	UND	30678	ANTI BOLHA TENSOATIVO, ÁGUA, THINER E CORANTES, PARA REDUÇÃO DE TENSÃO SUPERFICIAL - EMBALAGEM COM 100ML.	R\$ 13,60	11	R\$ 149,60
2	UND	432661	BANDA ORTODÔNTICA P/ PRÉ MOLAR, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	R\$ 28,37	101	R\$ 2.865,37
3	UND	407398	BOCA DE DENTES ARTICIAIS POSTERO SUPERIOR / TAMANHO 32L / COR 69 / EM RESINA	R\$ 9,59	41	R\$ 393,19
4	UND	407397	BOCA DE DENTES ARTIFICIAIS ANTERO INFERIOR / TAMANHO 3P / COR 69 / EM RESINA	R\$ 9,59	41	R\$ 393,19
5	UND	407396	BOCA DE DENTES ARTIFICIAIS ANTERO SUPERIOR / TAMANHO	R\$ 9,59	41	R\$ 393,19

			3P / COR 69 / EM RESINA			
6	UND	407399	BOCA DE DENTES ARTIFICIAIS POSTERO INFERIOR / TAMANHO 32L / COR 69 / EM RESINA	R\$ 9,59	41	R\$ 393,19
7	UND	426800	BROCA CARBIDE JET MULTILAMINADA, BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA DE MÃO Nº 04	R\$ 16,84	71	R\$ 1.195,64
8	UND	426801	BROCA CARBIDE JET MULTILAMINADA, BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA DE MÃO Nº 06	R\$ 16,84	31	R\$ 522,04
9	UND	432571	BROCA CARBIDE JET MULTILAMINADA, BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA DE MÃO Nº 10	R\$ 16,84	31	R\$ 522,04
10	UND	403558	BROCA CARBIDE JET MULTILAMINADA, BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA DE MÃO Nº 700	R\$ 16,84	111	R\$ 1.869,24
11	UND	403562	BROCA CARBIDE JET MULTILAMINADA, BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA DE MÃO Nº 701	R\$ 16,84	61	R\$ 1.027,24
12	UND	403563	BROCA CARBIDE JET MULTILAMINADA, BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA DE MÃO Nº 702	R\$ 16,84	111	R\$ 1.869,24
13	UND	403561	BROCA CARBIDE JET MULTILAMINADA, BAIXA ROTAÇÃO PARA PEÇA DE MÃO Nº 703	R\$ 16,84	155	R\$ 2.610,20
14	UND	432571	BROCA CARBIDE PM CILÍNDRICA PARA PEÇA RETA 704	R\$ 13,27	161	R\$ 2.136,47
15	UND	432571	BROCA CARBIDE PM CILÍNDRICA PARA PEÇA RETA 706	R\$ 13,27	171	R\$ 2.269,17
16	UND	403469	BROCA CARBIDE PM ESFERICA PARA PEÇA RETA Nº 08	R\$ 13,27	181	R\$ 2.401,87
17	UND	432571	BROCA DE AÇO MULTILAMINADA DESGASTE DE RESINA ACRÍLICA (PARA PEÇA RETA) PARA TIPO PERA, USO ODONTOLÓGICO	R\$ 55,34	131	R\$ 7.249,54
18	UND	432571	BROCA DE TUNGSTÊNIO DE CORTE CRUZADO PARA DESGASTE DE METAL E RESINA ACRÍLICA MODELO: PÊRA- TIPO MAXICUT (SÉRIE AZUL)	R\$ 126,38	118	R\$ 14.912,84
19	UND	432571	BROCA DE TUNGSTÊNIO MULTILAMINADA DE CORTE CRUZADO PARA DESGASTE DE METAL E RESINA ACRÍLICA MODELO: ESFERICA H71E- TIPO MAXICUT (SÉRIE AZUL) DA KOMET OU SIMILAR	R\$ 111,42	131	R\$ 14.596,02

20	UND	432571	BROCA DE TUNGSTÊNIO MULTILAMINADA PARA DESGASTE DE ESPAÇOS INTERPROXIMAIS, PARA PEÇA RETA FORMA DE CONE – (SÉRIE AMARELA)	R\$ 129,00	111	R\$ 14.319,00
21	UNID	409836	CADINHO DE QUARTZO FECHADO CENTRIFUGA DE INDUÇÃO UTILIZADO PARA FUNDIÇÃO DE PROTESES ODONTOLÓGICAS.	R\$ 130,79	61	R\$ 7.978,19
22	UNID	409836	CADINHO DE QUARTZO FECHADO CENTRIFUGA ELETRICA UTILIZADO PARA FUNDIÇÃO DE PROTESES ODONTOLÓGICAS N.3	R\$ 103,11	51	R\$ 5.258,61
23	UND	406797	CERA PARA INCRUSTAÇÃO, MACIA PARA ENCERAMENTO DE BORDO DO PADRÃO DE FIXA, PONTO DE FUSÃO (65°C), POTE COM 50 GS, TIPO KOTA OU SIMILAR	R\$ 27,96	31	R\$ 866,76
24	UND	406797	CERA PARA INCRUSTAÇÃO, REGULAR DUREZA ENCERAMENTO PROGRESSIVO DE FIXA, ALTO PONTO DE FUSÃO AJUSTADO PARA TÉCNICA DE FUNDIÇÃO RÁPIDA (83°C), POTE COM 50GS, TIPO KOTA OU SIMILAR.	R\$ 27,96	31	R\$ 866,76
25	CX	406791	CÊRA PLANA Nº 7 USO ODONTOLÓGICO, COM 18 LAMINAS DE 14X7 CM, CAIXA 225G	R\$ 29,63	78	R\$ 2.311,14
26	CX	406791	CERA PLANA PARA ARTICULAÇÃO, COMPOSTA DE HIDROCARBONETOS, ÓLEO MINERAL E CORANTE. SÃO PRODUZIDAS POR PROCESSO DE TÊMPERA E LAMINAÇÃO CAIXA COM 220GS	R\$ 30,95	56	R\$ 1.733,20
27	POTE	417333	CERÂMICA ODONTOLÓGICA PARA CONFECÇÃO DE COROAS POR ESTRATIFICAÇÃO, MASSA DE ESMALTE COR TX, POTE COM 10 GRS	R\$ 105,85	4	R\$ 423,40
28	POTE	417333	CERAMICA EM PASTA OPACA PARA CONFECÇÃO DE COROAS METALOCERAMICA COR B1, 10 GRS	R\$ 100,23	6	R\$ 601,38
29	POTE	417333	CERÂMICA ODONTOLÓGICA PARA CONFECÇÃO DE COROAS POR ESTRATIFICAÇÃO, MASSA DE DENTINA COR B2, EMBALAGEM COM 10G	R\$ 109,26	21	R\$ 2.294,46
30	POTE	417333	CERÂMICA ODONTOLÓGICA	R\$ 100,23	21	R\$ 2.104,83

			PARA CONFEÇÃO DE COROAS POR ESTRATIFICAÇÃO, MASSA DE DENTINA OPACA COR B2, EMBALAGEM COM 10G			
31	POTE	417333	CERÂMICA ODONTOLÓGICA PARA CONFEÇÃO DE COROAS POR ESTRATIFICAÇÃO, MASSA DE ESMALTE COR E2, POTE COM 10 GRS	R\$ 105,85	11	R\$ 1.164,35
32	POTE	417333	CERÂMICA ODONTOLÓGICA PARA CONFEÇÃO DE COROAS POR ESTRATIFICAÇÃO, MASSA DE ESMALTE COR TO, POTE COM 10 GRS	R\$ 105,85	4	R\$ 423,40
33	UND	212478	COMPASSO DE PONTA SECA PARA PRÓTESES E ORTODONTIA, SISTEMA DE REGULAGEM DE ABERTURA NO CABO, PERMITE RAIOS COM DIÂMETRO DE ATÉ 19CM, NÃO AUTOCLAVÁVEL., VALIDADE INDETERMINADA.	R\$ 120,85	37	R\$ 4.471,45
34	UND	150696	CONCHA PARA CERA EM INOX COM SUPORTE REGULÁVEL EM AÇO CROMADO COM BASE ANTI-DERRAPANTE, UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS, COM O DIAMETRO EXTERNO DA CONCHA COM APROXIMADAMENTE 7 CM.	R\$ 64,20	61	R\$ 3.916,20
35	UND	438142	DISCO DE CARBORUNDUM NINJA GOLD - (EMBALAGEM COM 100 UNIDADES), 25 X 0,6. CX	R\$ 309,41	5	R\$ 1.547,05
36	UND	438145	DISCO DE CARBORUNDUM NINJA GOLD - (EMBALAGEM COM 100 UNIDADES), 38 DIAMETRO X 0,6.CX	R\$ 379,19	5	R\$ 1.895,95
37	UND	439912	DISPENSADOR PARA DISPENSAR SILICONE DE ADIÇÃO PARA MOLDAGEM ODONTOLÓGICA COM ÊMBOLO PARA FIXAÇÃO DO CARTUCHO	R\$ 484,10	13	R\$ 6.293,30
38	UNID	362290	ESCOVA DE PELO DE CABRA, PARA PEÇA RETA, ESPECIAL PARA O POLIMENTO DE RESINAS ACRÍLICAS, RESINAS FOTOATIVADAS - EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	R\$ 25,67	115	R\$ 2.952,05
39	UND	404892	ESCOVA DE ROBINSON PARA PEÇA RETA, ESPECIAL PARA O POLIMENTO DE RESINAS ACRÍLICAS, RESINAS FOTOATIVADAS - EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	R\$ 3,77	113	R\$ 426,01

40	UND	426925	ESPÁTULA DUPLA PARA CERA Nº 31, TIPO COLHER, AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL PARA DEPOSIÇÃO DE CERA EM PRÓTESE ODONTOLÓGICA	R\$ 12,13	29	R\$ 351,77
41	UND	426925	ESPÁTULA LE CRON, AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL, PARA CORTE E ESCULTURA DE CERA EM PRÓTESE ODONTOLÓGICA	R\$ 12,13	22	R\$ 266,86
42	UND	240954	ESPÁTULA PARA CERA Nº 36, EM AÇO INOX AUTOCLAVAVEL, PONTA ATIVA VOLUMOSA PARA ACABAMENTO DE CERAS ODONTOLÓGICAS	R\$ 12,13	96	R\$ 1.164,48
43	UND	436708	ESPÁTULA PARA CERA Nº 7, AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL PARA DEPOSIÇÃO DE CERA EM PRÓTESE ODONTOLÓGICA	R\$ 12,13	22	R\$ 266,86
44	UND	397455	ESTOJO ACRÍLICO PORTA ALICATE COM TAMPA, MEDIDAS: COMPRIMENTO 18 CM , LARGURA 11 CM E ALTURA 17 CM. ARMAZENA APROXIMADAMENTE 15 ALICATES.	R\$ 92,04	12	R\$ 1.104,48
45	Rolo	344204	FIO ORTODÔNTICO DE AÇO DURO ELÁSTICO - CRNI - REDONDO nº 05, EM ROLO 50G - APROX. 10M	R\$ 24,87	13	R\$ 323,31
46	Rolo	242610	FIO ORTODÔNTICO DE AÇO DURO ELÁSTICO - CRNI - REDONDO nº 07, EM ROLO 50G - APROX. 10M	R\$ 24,37	13	R\$ 316,81
47	Rolo	341489	FIO ORTODÔNTICO DE AÇO DURO ELÁSTICO - CRNI - REDONDO Nº 06, EM ROLO 50G - APROX. 10M	R\$ 24,37	13	R\$ 316,81
48	Pote	49875	FLUXO PARA SOLDA DE ALTA FUSÃO PARA LIGAS DE NICR, INTERVALO DE FUSÃO: 1.080°C - 1.150°C, TEMPERATURA DE FUNDIÇÃO: 1.210°C. POTE COM 10 GMS	R\$ 58,22	11	R\$ 640,42
49	KG	428416	GESSO COMUM DE USO ODONTOLÓGICO TIPO II (PACOTE 1KG)	R\$ 5,77	81	R\$ 467,37
50	KG	428415	GESSO DE USO ODONTOLÓGICO TIPO III (PACOTE 1KG)	R\$ 8,88	261	R\$ 2.317,68
51	KG	428418	GÊSSO TIPO IV, ESPECIAL PARA CONFECÇÃO DE MODELOS ODONTOLÓGICOS DE BAIXA EXPANSÃO , MICROGRANULADO, DUREZA, RELAÇÃO ÁGUA/PÓ DE 20 A 25ML PARA CADA 100G, MAIOR LISURA SUPERFICIAL.INDICADO PARA LIGAS NOBRES, CERÂMICAS PURAS DE ALTA FIDELIDADE NA	R\$ 42,42	58	R\$ 2.460,36

			REPRODUÇÃO DE DETALHES, POTE COM 1 Kg			
52	UND	428472	ISOLANTE PARA RESINA ACRILICA ODONTOLOGICA 500 ML	R\$ 38,95	34	R\$ 1.324,30
53	UND	428472	ISOLANTE PARA TROQUEL EM PROTESE FIXA, COM PONTAS ASPERIZDAS, EMBALAGEM COM 100 ML	R\$ 22,90	31	R\$ 709,90
54	UND	304602	LÂMINA DE SERRA PARA TROQUEL DE GESSO DE USO ODONTOLÓGICO EM PRÓTESE FIXA TAMANHO PEQUENO (10 cm) TIPO POLIDENTAL OU SIMILAR, (PACOTE COM 06 UNIDADES)	R\$ 62,31	31	R\$ 1.931,61
55	UND	209754	LÂMPARINA DE METAL P/ ÁLCOOL, COM PAVIL EM AÇO INOX,COM TAMPA, 80 ML DE ALCOOL	R\$ 31,62	92	R\$ 2.909,04
56	POTE	305135	LIGA DE CoCr PARA FUNDIÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL EMBALAGEM COM 250G	R\$ 432,47	21	R\$ 9.081,87
57	POTE	427928	LIGA DE NÍQUEL CROMO SEM BERÍLIO PARA FUNDIÇÃO DE PRÓTESE FIXA METALOCERAMICA EMBALAGEM COM 250G	R\$ 379,90	21	R\$ 7.977,90
58	UND	405722	LIQUIDO ACRILICO AUTOPOLOMERIZAVEL PARA ESCULTURAS DE PADRÃO VIDRO 50 ML	R\$ 22,47	64	R\$ 1.438,08
59	UND	390462	LIQUIDO MONOMERO TERMOPOLIMERIZÁVEL / MICROONDAS /250ML/ TIPO VIPE WAVE, COM 2 ANOS DE VALIDADE.	R\$ 49,41	61	R\$ 3.014,01
60	UND	25593	LUPA PARA USO NA CABEÇA, FABRICADA COM RESINA CR- 39.AS LENTES POSSUEM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV E IV, MAIOR RESISTÊNCIA CONTRA ABRASÃO E EXCELENTE TRANSPARÊNCIA, DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 25,5 X 16,5 X 3,5 CM,PESO: 150G.	R\$ 243,11	20	R\$ 4.862,20
61	UND	438671	MANDRIL CÔNICO PARA PM (PEÇA DE MÃO) COM FENDA PARA LIXA, Indicado para tiras de lixa em desgastes de resinas acrílicas (PT/PPR).	R\$ 7,99	114	R\$ 910,86
62	UND	19046	MANDRIL PARA DISCO DE CARBORUNDUN, Usado em peça de mão com diâmetro de 2,35mm, aço inoxidável especial, cabeça L939 com	R\$ 12,85	114	R\$ 1.464,90

			diâmetro de 5 mm.			
63	UND	19046	MANDRIL TIPO PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DE PONTAS DE BORRACHA DE POLIMENTO PARA PM (PEÇA DE MÃO)	R\$ 8,93	113	R\$ 1.009,09
64	UND	50652	MINI MAÇARICO MICROTORCH INDICADO PARA SOLDAS DE BAIXA FUSÃO E TRABALHOS DE ORTODONTIA, REALIZA PEQUENOS CONSERTOS EM PPR, METALOPLÁSTICA E BARRA PROTOCOLO, POSSUI TRAVAMENTO E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, LEVE E PORTÁTIL COM REGULAGEM DE CHAMA E ACENDEDOR AUTOMÁTICO, FUNCIONAMENTO A GÁS ATINGINDO 1300° C.	R\$ 303,50	12	R\$ 3.642,00
65	UND	405722	MONOMERO DE RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL 250ML, UTILIZADA EM CONSERTOS, ADIÇÕES, REEMBASAMENTOS DE PRÓTESE DENTÁRIA E PPR	R\$ 33,70	41	R\$ 1.381,70
66	UND	417399	ÓCULOS DE PROTEÇÃO CONTRA PEQUENAS PARTÍCULAS VOLANTES, EVITAR CONTATO COM LÍQUIDOS NOCIVOS E CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS. LENTES DE POLICARBONATO INCOLOR, HASTE EM NYLON FLEXÍVEL, COM AJUSTE MULTIDIRECIONAL, LENTES COM TRATAMENTO ANTI-RISCO	R\$ 8,82	458	R\$ 4.039,56
67	UND	406150	Papel Carbono Para Articulação - Atingem anatomicamente os pontos oclusais; Dupla Face com duas cores: Vermelho e Azul; Papel 100% Vegetal, Espessura de 100 micra. Utilizado para marcação de pontos oclusais, possibilitando melhor identificação das regiões para acabamento em restaurações e superfícies dentais. Embalagem com 12 unidades.	R\$ 10,13	31	R\$ 314,03
68	UNID	250284	PEDRA MONTADA DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO- USO ODONTOLÓGICO COM COBERTURA CERÂMICA, PONTA PEQUENA, FORMA DE CHAMA, PARA PM (PEÇA DE MÃO), COR ROSA. TAMANHO 18MMX6,4MM.	R\$ 7,47	216	R\$ 1.613,52
69	UND	233497	PEDRA POMES (SACO DE 1KG) COR BRANCA	R\$ 7,86	11	R\$ 86,46
70	UND	30589	PIGMENTO PARA CERÂMICA	R\$ 106,57	3	R\$ 319,71

			ODONTOLOGICA BROWN POTE COM 10 GRS			
71	UND	30589	PIGMENTO PARA CERAMICA ODONTOLOGICA COR GRAY, POTE COM 10 GRS	R\$ 106,57	3	R\$ 319,71
72	UND	30589	PIGMENTO PARA CERAMICA ODONTOLOGICA COR OCRE , POTE COM 10 GRS	R\$ 106,57	3	R\$ 319,71
73	UND	30589	PIGMENTO PARA CERAMICA ODONTOLOGICA COR ORANGE POTE COM 10 GRS	R\$ 106,57	3	R\$ 319,71
74	PCT	390456	PINCEL CERDA BRASIL Nº 00 PARA APLICAÇÃO DE ISOLANTE SOBRE OS MODELOS DE TRABALHO ODONTOLOGICO, PACOTE COM 10 UNIDADES	R\$ 81,00	15	R\$ 1.215,00
75	CX	204739	PINCEL PONTA CHATA Nº 02 PARA APLICAÇÃO DE ISOLANTE SOBRE OS MODELOS DE TRABALHO ODONTOLOGICO, PACOTE COM 10 UNIDADES	R\$ 72,33	14	R\$ 1.012,62
76	PCT	344643	PINOS EM RESINA ACRILICA PRÉ FABRICADO P/ CONFECÇÃO DE NÚCLEOS, PACOTES COM 50 UNIDADES	R\$ 50,72	22	R\$ 1.115,84
77	UND	344643	PINOS METALICOS DUPLOS 22MM DE COMPRIMENTO PARA TROQUÉIS E MODELOS EM PROTESES FIXAS ODONTOLÓGICAS	R\$ 1,87	1.031	R\$ 1.927,97
78	UND	344643	PINOS METALICOS EM LATÃO SIMPLES TROQUÉIS E MODELOS EM PROTESES FIXAS ODONTOLÓGICAS	R\$ 1,12	1.051	R\$ 1.177,12
79	UND	415005	PLACA DE VIDRO 15CMX8CM ESPESSURA 6MM	R\$ 21,52	76	R\$ 1.635,52
80	EMB.	293135	PLACAS DE ACETATO, CRISTAL PARA CONFECÇÃO DE MOLDEIRAS PARA CLAREAMENTO DENTAL 1,0 MM PACOTE COM 10 UNIDADES	R\$ 42,21	11	R\$ 464,31
81	EMB.	284129	PLACAS DE ACETATO, CRISTAL REDONDAS PARA CONFECÇÃO DE MOLDEIRAS PARA CLAREAMENTO DENTAL 0,3 MM PACOTE COM 10 UNIDADES	R\$ 37,33	11	R\$ 410,63
82	EMB.	285532	PLACAS DE SILICONE PARA CONFECÇÃO DE PROTETOR BUCAL 2,0 MM PACOTE COM 10 UNIDADES	R\$ 59,40	11	R\$ 653,40
83	UNID	255718	PONTA DE BORRACHA- USO ODONTOLOGICO- COR MARROM PARA PEÇA RETA- FORMA DE CHAMA	R\$ 22,57	86	R\$ 1.941,02

84	UNID	255718	PONTA DE BORRACHA- USO ODONTOLOGICO- COR MARROM PARA PEÇA RETA- FORMA DE RODA	R\$ 22,57	86	R\$ 1.941,02
85	UNID	255718	PONTA DE BORRACHA- USO ODONTOLOGICO- COR VERDE PARA PEÇA RETA- FORMA DE CHAMA	R\$ 22,57	86	R\$ 1.941,02
86	UNID	255718	PONTA DE BORRACHA- USO ODONTOLOGICO- COR VERDE PARA PEÇA RETA- FORMA DE RODA	R\$ 22,57	86	R\$ 1.941,02
87	PCT	414474	Pontas misturadoras para silicone de adição, para moldagem odontológica, pacote com 12 unidades	R\$ 30,77	16	R\$ 492,32
88	UND	243286	PORTA AGULHA, AÇO INOXIDÁVEL, 14CM, ALTURA 0,30 CM, LARGURA 6,20 CM, PROFUNDIDADE 14,00 CM PESO LÍQUIDO 0,026KG	R\$ 45,93	118	R\$ 5.419,74
89	UND	411439	Pote de dappen de silicone com base fixadora, pequeno, validade indeterminada.	R\$ 11,23	34	R\$ 381,82
90	UND	242613	POTE DE VIDRO COM TAMPA P/ RESINA ACRÍLICA, TIPO PALADON	R\$ 23,13	94	R\$ 2.174,22
91	UND	315876	PROTETOR AUDITIVO, TIPO INSERÇÃO MOLDAVEL DE ESPUMA DE POLIURETANO NO FORMATO CILINDRICO, DESCARTAVEL, SEM CORDINHA PARA PROTEÇÃO DO PROFISSIONAL DE AMBIENTES COM RUIDOS, (CAIXA C 200 PARES)	R\$ 274,91	4	R\$ 1.099,64
92	UNID	409836	CADINHO EM QUARTZO FECHADO PARA CENTRIFUGA ELETRICA - EDG UTILIZADO PARA FUNDIÇÃO DE PROTESES ODONTOLOGICAS N.2 – MEDIDAS Aprox.: 89mmX47mm	R\$ 117,79	21	R\$ 2.473,59
93	UND	390461	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL INCOLOR / PÓ COM 450G, UTILIZADA EM CONSERTOS, ADIÇÕES, REEMBASAMENTOS DE PRÓTESE DENTÁRIA E PPR.	R\$ 62,57	74	R\$ 4.630,18
94	UND	390458	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZAVEL VERMELHO PARA ESCUTURAS DE PADRÃO COM BAIXA EXPANSÃO 25 GS	R\$ 42,71	41	R\$ 1.751,11
95	UNID	390456	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZAVEL PARA	R\$ 28,67	37	R\$ 1.060,79

			CONFECCÃO DE COROAS PROVISÓRIAS, COR 62 POLIMERO , EMBALAGEM COM 78GS			
96	UND	390456	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZAVEL PARA CONFECCÃO DE COROAS PROVISÓRIAS, COR 67 POLIMERO, EMBALAGEM COM 78GS	R\$ 28,67	36	R\$ 1.032,12
97	UND	390456	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZAVEL PARA CONFECCÃO DE COROAS PROVISÓRIAS, COR 69 POLIMERO, EMBALAGEM COM 78GS	R\$ 28,67	36	R\$ 1.032,12
98	KIT	390461	RESINA ACRÍLICA COLORIDA PARA CONFECC. DE APARELHOS ORTODÔNTICOS, KIT COM 7 FRASCOS DE 80G CADA + 4 PIGMENTOS CONCENTRADOS + 1 ESCALA DE CORES + 1 ESPÁTULA.	R\$ 283,52	22	R\$ 6.237,44
99	UND	390464	RESINA ACRÍLICA TERMOPOLIMERIZÁVEL / COR ROSA ESCURO / 450G / TIPO VIPE WAVE ENERGIA DE MICROONDAS, COM 2 ANOS DE VALIDADE.	R\$ 65,30	21	R\$ 1.371,30
100	UND	390464	RESINA ACRÍLICA TERMOPOLIMERIZÁVEL / COR ROSA MÉDIO / 450G /TIPO VIPE WAVE / ENERGIA DE MICROONDAS, COM 10 ANOS DE VALIDADE.	R\$ 65,30	26	R\$ 1.697,80
101	UND	416819	REVESTIMENTO FOSFATADO PARA INCLUSÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS 4 KG COM LIQUIDO CATALIZADOR E LÍQUIDO PARA REVESTIMENTO COM 500ML, TIPO CROM-O-CAST	R\$ 253,37	61	R\$ 15.455,57
102	UND	416819	REVESTIMENTO PARA CERÂMICA Prensada e fundição, para confecção de troquéis refratários de fina granulação com superfície extremamente lisa do modelo refratário, podendo suportar queimas em temperaturas de forno acima de 1200°C. uso para confecção de facetas de porcelana, coroas de jaquetas e incrustações. cor branca. kit com pó 250g. + líquido 60ml.	R\$ 121,44	11	R\$ 1.335,84
103	UND	416819	REVESTIMENTO PARA FUNDIÇÃO DE METALOCERÂMICA SEM	R\$ 99,43	11	R\$ 1.093,73

			CARBONO, CONTÉM 10 ENVELOPES DE 90 GRAMAS + LÍQUIDO. COM COMPOSIÇÃO FELDSPATO: 50%, - QUARTZO: 30% - FOSFATO: 10%			
104	UND	428720	SILICONE DE CONDENSAÇÃO PARA MOLDAGEM ODONTOLÓGICA(KIT (DENSO + CATALIZADOR + FLUÍDO) TIPO ZETAPLUS	R\$ 323,62	16	R\$ 5.177,92
105	UND	428724	SILICONE PARA CONFEÇÃO DE GENGIVA ARTIFICIAL (BISNAGA) EM CARTUCHO BICOMPONENTE COM RETICULANTE A FRIO, EXTRUSÃO COM O DISPENSADOR D2 -1:1 - TIPO ZHERMACK. FACILMENTE FRESÁVEL, PERMITE A DEFINIÇÃO PRECISA DOS BORDOS. PROPORÇÃO DE MISTURA BASE: CATALISADOR 1:1. TEMPO DE TRABALHO (A 23°C/73°F): 2 MINUTOS.TEMPO DE PRESA (A 23°C/73°F): 10 MINUTOS.* DUREZA (APÓS 1 H - SHORE A): 70.	R\$ 565,38	11	R\$ 6.219,18
106	UND	428717	SILICONE POR CONDENSAÇÃO PARA DUPLICAÇÃO DE MODELO EM LABORATÓRIO, 1 KG (BASE) + 60 ML (CATALISADOR), TEMPO DE TRABALHO 3-4 MINUTOS, TEMPO DE PRESA 40-60 MINUTOS, DUREZA (APÓS 7 DIAS MENOS DE 0,2% DE CONTRAÇÃO TIPO TALMAX.	R\$ 277,70	9	R\$ 2.499,30
107	LITRO	27804	SOLUÇÃO ELETROLÍTICA LUSTRA CROMO PARA LIMPEZA E POLIMENTO DE ARMAÇÕES METÁLICAS DE PPR TIPO KOTA KNEBEL, FRASCO COM 1 LITRO	R\$ 95,21	11	R\$ 1.047,31
108	UND	283402	TORRE PARA CONFORMAÇÃO DE ARCOS REDONDOS MANÍPULO EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, MAIS LEVE E RESISTENTE AO DESGASTE DO ATRITO METAL X METAL. ALTA PRECISÃO NOS CANAIS DE CONFORMAÇÃO, SUBSTITUINDO COM VANTAGENS AO ALUMÍNIO E RESISTÊNCIA ÀS AUTOCLAVES.TIPO UNIDEN OU SIMILAR	R\$ 132,20	31	R\$ 4.098,20
109	UND	283402	TORRE PARA FORMAR ARCOS ORTODÔNTICOS RETANGULARES A PARTIR DE VARETAS DE FIOS	R\$ 128,88	32	R\$ 4.124,16

			QUADRADOS OU RETÂNGULARES, DE VÁRIAS ESPESSURAS. FABRICADO EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM MANÍPULO EM POLÍMERO DE ENGENHARIA E RESISTÊNCIA ÀS AUTOCLAVES.			
110	UND	18287	VARETA PARA SOLDA DE ALTA FUSÃO NICR, (4G)	R\$ 90,20	21	R\$ 1.894,20
111	UND	394023	VASELINA SOLIDA, PARA ISOLAMENTO DE MODELOS DE GESSO, DE RESINA ACRÍLICA, E DE TECIDOS BUCAIS, POTE COM 90G	R\$ 6,92	173	R\$ 1.197,16
112	UND	417223	VERTICULADOR – ARTICULADOR COM DOIS RAMOS PARALELOS, COM PARAFUSO QUE PRENDEM E TRAVAM OS RAMOS, DOIS PINOS PARA FIXAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO, TIPO BIOART ou SIMILAR	R\$ 295,33	26	R\$ 7.678,58
				R\$ 278.655,68		

Garantia: Mínimo de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contado da data da sua entrega, salvo se outro mais vantajoso for assegurado pelo fabricante.

Local de Entrega: Almoxarifado Central da UFPB – localizado na Cidade Universitária, Campus I, João Pessoa/PB. Horário: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. Contato com o Diretor do Almoxarifado Central da UFPB – Campus I, no telefone (83) 3216.7145/7309.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos Materiais constantes neste termo de referência visa suprir os quantitativos de estoque para atender às demandas das diversas unidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

2.2. A justificativa para as quantidades que se pretende contratar ocorreu através de um levantamento da demanda, realizado através dos Memorandos Circulares Nº **246 e 277/2017** – PRA, o que resultou nas requisições constantes no Processo, consolidadas nas Intenções de Registro de Preço – IRP’s do SIPAC Nº **27 e 39/2017**, embasando a abertura de um Pregão SRP para atender a demanda dos Centros, Pró Reitorias e Órgãos Suplementares da Universidade Federal da Paraíba.

2.3. Tendo em vista o caráter estimativo dos quantitativos apresentados, torna-se necessária a aquisição através de Registro de Preços.

2.4. A forma estabelecida para a realização da licitação (Pregão Eletrônico para Registro de Preços) vai ao encontro da finalidade do sistema “IRP - Intenção de Registro de Preços”, implementado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Departamento de Logística e Serviços Gerais, com amparo

no Decreto 7.892, de 23 de janeiro 2013, cuja funcionalidade é permitir a Administração tornar públicas, no âmbito dos órgãos integrantes do SISG (Sistema de Serviços Gerais), suas intenções de realizar licitações, na modalidade Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com o intuito de proporcionar a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto.

2.5. A escolha da licitação por Registro de Preços em um único processo proporciona economia processual para manter nossos estoques abastecidos pelo prazo de um ano, sem que se gaste tempo e recursos efetuando diversas aquisições em locais diferentes da Universidade ou até mesmo diversas licitações para aquisição destes itens em uma mesma Unidade.

2.6. As vantagens proporcionadas, em síntese, do Registro de Preços, são as seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo assim o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações.

2.7. Na tentativa de se formar o preço de referência para iniciar o processo de pregão, foram realizadas pesquisas de preços em sites de fornecedores especializados e através de orçamentos com empresas especializadas conforme IN nº 05/2014, 07/2014 e 03/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Departamento de Logística e Serviços Gerais. Com isso, justificamos o prosseguimento do processo de pregão.

2.8. Informamos ainda que o processo de formalização do pedido é feito de forma oficial por requisitantes previamente autorizados através de **Portarias**, designando os representantes de cada Centro, Pró Reitorias e Órgãos Suplementares, para cadastrar e acompanhar os pedidos/requisições de material de consumo e permanente, em ambiente próprio do SIPAC, desta forma fica caracterizado uma solicitação em documento oficial.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/MATERIAIS

3.1. A natureza do objeto a ser contrato é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520 de 2002.

4. DA AMOSTRA

4.1. Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) do(s) item(ns), para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no local e prazo indicado no edital.

4.1.1. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

4.1.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

- 4.1.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa (*única ou parcelada*), no endereço do órgão gerenciador.
- 5.2. Os bens/materiais serão recebidos **provisoriamente** no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3. Os bens/materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada o valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.2 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

7.2.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, quando da aquisição de bens, deverá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7.3 A comprovação do disposto no item 7.2.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o material fornecido cumpre com as exigências do edital.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 9.1.1.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3.** O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3.** fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5.** cometer fraude fiscal;
- 10.1.6.** não mantiver a proposta.

10.2.A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2.** multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 10.2.3.** multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 10.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.3.1.** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.3.2.** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.3.3.** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Município de....., dede

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 44/2017**

(Processo Administrativo n.º 23074.058547/2017-92)

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, com sede no Prédio da Reitoria, na cidade de João Pessoa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.098.477/0001-10, neste ato representado pelo Sr. Aluisio Mario Lins Souto, Pró-Reitor de Administração, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 44/2017 publicada no de/...../20....., processo administrativo n.º 23074. 058547/2017-92, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **MATERIAL ODONTOLÓGICO** para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA especificado(s) no anexo I do edital do Pregão n.º 44/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da data da sua assinatura.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 4.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 4.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 4.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 4.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 4.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 4.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 4.8.1. por razão de interesse público; ou
 - 4.8.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

- 5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 5.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO III - TERMO DE CONTRATO DE COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A
EMPRESA**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, Autarquia Federal de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão, estabelecida no Campus Universitário, S/N, na cidade de João Pessoa/PB, inscrita no CGC/MF sob número 24.098.477/0001-10, denominada CONTRATANTE, neste ato representada(o) pela Magnífica Reitora Prof.^a MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ, inscrita no CPF sob o nº 323.157.164-20, portadora do RG sob o nº 394612 SSP/PB, e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, regularmente inscrita no CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com endereço na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, Bairro: xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sócio Sr(a). xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx expedida pela xxxxxxxxxxxx, e CPF nº xxxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo nº 23074.058547/2017-92 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP 44/2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **MATERIAL ODONTOLÓGICO** para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses contados da homologação, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2014, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLAÚSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: